



T0535081N

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025

# MÉDICO AUDITOR

NOME

INSCRIÇÃO

Nível  
**SUPERIOR**

Turno  
**TARDE**

## Material recebido

- ✓ Prezado(a) candidato(a), além deste Caderno de Questões com **sessenta questões objetivas**, você receberá a Folha de Respostas. Verifique se seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição estão corretos.
- ✓ Confira seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração e se o cargo/especialidade corresponde àquele para o qual você se inscreveu.

## Material a ser devolvido

- ✓ O único documento válido para a avaliação é a Folha de Respostas, a qual deve ser devolvida ao fiscal devidamente assinada no local destinado a esse fim.
- ✓ Na Folha de Respostas, os alvéolos devem ser preenchidos da seguinte maneira: ●
- ✓ Para todo e qualquer preenchimento, só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.

## Duração da prova e permanência na sala

- ✓ O prazo de realização da prova é de 04 (quatro) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas.
- ✓ Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, você estará liberado(a) para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, entretanto **NÃO** poderá se retirar da sala com qualquer tipo de anotação e/ou com o Caderno de Questões, o qual poderá ser levado somente ao término do prazo de realização da prova estabelecido em Edital.
- ✓ Os(As) três últimos(as) candidatos(as) só poderão se retirar da sala juntos(as), após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.

## Divulgação

- ✓ O Caderno de Questões e o Gabarito preliminar estarão disponíveis no site do **Instituto AOC**P, no endereço eletrônico [www.institutoaocp.org.br](http://www.institutoaocp.org.br), conforme previsto em Edital.

**\*O não cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, neste Caderno e na Folha de Respostas incorrerá em sua eliminação.**



**instituto aocp**



## Língua Portuguesa

### Países do Brics se unem para eliminar doenças ligadas à pobreza e à desigualdade

A iniciativa mira causas sociais e busca esforços coletivos para superar doenças negligenciadas pelos países do Norte

Os países do Brics lançaram uma parceria com o objetivo de eliminar as chamadas Doenças Socialmente Determinadas (DSDs), enfermidades cuja ocorrência e gravidade estão diretamente ligadas à pobreza e à desigualdade. A iniciativa busca fortalecer a cooperação entre as nações, mobilizar recursos e avançar esforços coletivos para eliminação integrada dessas doenças.

Quem explica é Gonzalo Vecina Neto, professor da Faculdade de Saúde Pública da USP e ex-presidente da Anvisa: “É importante entender que existe um conjunto de doenças infectocontagiosas que incidem principalmente sobre populações pobres. Os determinantes sociais são o que faz acontecer essa carga de doenças.” Entre as doenças priorizadas pela ação da parceria estão tuberculose, hanseníase, dengue e malária — todas com alta prevalência no Sul Global. O professor aponta que a tuberculose “está sempre presente na nossa população da periferia das grandes cidades e nos fundões da nossa sociedade”. A hanseníase, “infelizmente uma doença milenar”, também persiste em números elevados.

Além do reforço aos sistemas de saúde, Vecina comenta o contexto estrutural que agrava essas doenças: “Como são doenças determinadas socialmente, têm pobreza e a estrutura pública de vida no meio do caminho. Saúde não resolve esse tipo de problema. Precisa de uma ação intersetorial, precisa de educação, de habitação, e de condições sociais melhores”. Nesse sentido, ele reforça a urgência de avançar na pesquisa científica para essas doenças, historicamente negligenciadas pela indústria farmacêutica dos países do Norte. “O Norte rico não quer saber de fazer pesquisa para nós. Então nós temos que fazer pesquisa para as nossas doenças e ter soluções melhores.”

A parceria assinada pelo Brics também aponta para a construção de uma agenda comum nos fóruns internacionais, ampliação de financiamento via bancos de desenvolvimento e uso de tecnologias como inteligência artificial, vigilância epidemiológica digital e plataformas interoperáveis. Para Vecina, no entanto, a resposta mais eficaz não virá apenas de laboratórios ou políticas setoriais. “O remédio mais importante de todos implica mais igualdade entre os seres humanos que vivem neste mundo.”

Adaptado de: <https://jornal.usp.br/radio-usp/paises-do-brics-se-unem-para-eliminar-doencas-ligadas-a-pobreza-e-a-desigualdade/>. Acesso em: 29 out. 2025.

1

Assinale a alternativa correta no que diz respeito à compreensão do texto apresentado.

- (A) O texto afirma que os países do Brics se uniram com o objetivo único de erradicar um conjunto de doenças endêmicas no Brasil.
- (B) O professor citado no texto defende que há um grupo de doenças contagiosas causadas, principalmente, pelas populações mais pobres.
- (C) Os esforços necessários para combater doenças causadas não somente por agentes biológicos como também sociais devem advir de diferentes setores.
- (D) Países do Norte global apresentam iniciativas importantes para a evolução das pesquisas de saúde no Brasil.
- (E) O uso de inteligência artificial não será permitido para o combate de doenças, por se tratar de prática antiética.

2

Em “A iniciativa busca fortalecer a cooperação entre as nações, mobilizar recursos e avançar esforços coletivos para eliminação integrada dessas doenças.”, os termos destacados podem, mantendo o mesmo sentido, ser substituídos pelos seguintes termos, EXCETO

- (A) colaboração / esforços conjuntos.
- (B) contribuição / trabalhos em equipe.
- (C) ajuda / união de forças.
- (D) coadjuvação / contribuições de grupo.
- (E) imitação / abstenções de ação.

**3**

De acordo com o texto, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- ( ) As palavras “também” e “virá” são acentuadas em virtude da mesma regra: todas as proparoxítonas são acentuadas.
- ( ) No trecho “Além do reforço aos sistemas de saúde, Vecina comenta o contexto estrutural que agrava essas doenças [...]”, o termo destacado tem valor semântico de adição.
- ( ) Em “Para Vecina, no entanto, a resposta mais eficaz não virá apenas de laboratórios ou políticas setoriais.”, o termo destacado tem valor semântico de conclusão.
- (A) F – V – F.  
(B) V – V – F.  
(C) V – F – F.  
(D) F – F – V.  
(E) F – V – V.

**4**

Considerando o trecho: “Como são doenças determinadas socialmente, têm pobreza e a estrutura pública de vida no meio do caminho.”, é correto afirmar que a expressão em destaque pode ser substituída, mantendo o mesmo sentido, pela expressão

- (A) “Do jeito que”, pois ambas indicam modo.  
(B) “Conforme”, pois ambas indicam contradição.  
(C) “Quanto”, pois ambas indicam intensidade.  
(D) “Uma vez que”, pois ambas indicam causa.  
(E) “Desde que”, pois ambas indicam proporção.

**5**

Considere o excerto “O remédio mais importante de todos implica mais igualdade entre os seres humanos que vivem neste mundo.” e assinale a alternativa correta.

- (A) A citação foi empregada no texto com o objetivo de apresentar a versão dos fatos sob o ponto de vista específico do jornalista que o escreveu.
- (B) A citação foi empregada para atribuir uma conclusão ao texto, fundamentando-se no argumento do professor.
- (C) A citação foi empregada como argumento de autoridade que justifica a parceria assinada pelo Brics.
- (D) A citação destacada apresenta um problema de ambiguidade, que teria sido facilmente resolvido caso a segunda ocorrência do termo “mais” fosse substituída por um sinônimo.
- (E) A citação empregada caracteriza-se pelo uso de discurso indireto e tem por objetivo contrapor o argumento do jornalista.

## Raciocínio Lógico

6

Se  $x$  e  $y$  são soluções do sistema de equações do primeiro grau

$$\begin{cases} 2x - 5y = 12 \\ x + 2y = 15 \end{cases}$$

é correto afirmar que o resultado de  $\frac{x+8y}{x-y}$  é igual a

- (A) - 3.
- (B) - 1.
- (C) 3.
- (D) 6.
- (E) 9.

7

Um médico prescreveu a um paciente o uso de dois medicamentos, identificados como A e B, ambos administrados por via oral. O medicamento A deve ser ingerido a cada 4 horas, enquanto o medicamento B deve ser tomado a cada 6 horas. Se o paciente ingerir ambos os medicamentos simultaneamente em determinado horário, após quanto tempo ele voltará a tomar os dois medicamentos ao mesmo tempo?

- (A) 12 horas.
- (B) 14 horas.
- (C) 15 horas.
- (D) 18 horas.
- (E) 21 horas.

8

Uma assistente social realizou um estudo sobre o perfil econômico de 40 famílias de determinado bairro, selecionadas aleatoriamente. O interesse principal dessa assistente era classificar o nível salarial de cada família em A ou B, em que A indica que a família possui uma renda superior a R\$ 3.500 e B indica que a família possui uma renda inferior ou igual a R\$ 3.500. Também, ela objetivava categorizar a quantidade de membros de cada família em C ou D, em que C indica que a família é composta de 6 ou mais pessoas e D indica que a família é composta de, no máximo, 5 pessoas. Não havendo outros níveis nem outras categorias a serem analisadas, ao final desse estudo, verificou-se que:

- 20% das famílias foram classificadas em nível A;
- 50% das famílias que foram classificadas em nível A também foram categorizadas com D;
- 40% das famílias foram categorizadas em C.

Se essa assistente pretende sortear aleatoriamente uma das famílias selecionadas para esse estudo, a probabilidade de que ela sorteie uma família do nível B e da categoria C é igual a

- (A) 0,05 (5%).
- (B) 0,12 (12%).
- (C) 0,18 (18%).
- (D) 0,30 (30%).
- (E) 0,45 (45%).

## Informática

9

Durante a organização de links utilizados em pesquisas internas, um colaborador da SES/SC precisou acessar rapidamente o gerenciador de favoritos do navegador Google Chrome (em português, versão mais recente, quando utilizado no Windows) para criar novas pastas e reorganizar os sites salvos. Nesse contexto, qual é o atalho de teclado que deve ser utilizado pelo colaborador?

(Obs.: o caractere “+” foi utilizado apenas para interpretação).

- (A) Ctrl + Shift + g
- (B) Ctrl + Shift + j
- (C) Ctrl + Shift + m
- (D) Alt + Shift + i
- (E) Ctrl + Shift + o

10

No Windows 11 (em português), quando o Painel de Controle está configurado para exibir os itens por Categoria, suas configurações são organizadas em categorias e subcategorias que facilitam o acesso às opções do sistema. Dentro da categoria “Rede e Internet”, há uma subcategoria específica que permite alterar a home page utilizada pelos navegadores configurados no sistema. Em qual subcategoria da categoria “Rede e Internet” se encontra a opção “Alterar a home page”?

- (A) Opções da Internet.
- (B) Central de Rede e Compartilhamento.
- (C) Conexões de Rede.
- (D) Firewall do Windows Defender.
- (E) Gerenciador de Dispositivos de Rede.

## Legislação

11

No mês de outubro de 2025, ocorreu um aumento atípico de notificações de intoxicação associadas ao consumo de bebidas alcoólicas adulteradas. Dessa forma, a formulação e a execução de políticas de informação e assistência toxicológica, bem como de logística de antídotos e medicamentos utilizados em intoxicações, fazem parte do campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme determina a Lei nº

- (A) 8.080/1990.
- (B) 8.142/1990.
- (C) 8.090/1988.
- (D) 7.508/2011.
- (E) 7.638/1988.

12

Um servidor efetivo do quadro de pessoal da SES/SC foi colocado à disposição de uma fundação hospitalar vinculada à mesma Secretaria, para exercer cargo em comissão. Durante esse período, continuou recebendo sua remuneração pelo órgão de origem e desempenhou funções administrativas de direção e coordenação. Após dois anos nessa situação, solicitou que o tempo em que esteve à disposição fosse computado para fins de promoção por antiguidade, conforme a Lei nº 6.745/1985. Considerando esse caso e a lei descrita, assinale a alternativa correta.

- (A) O tempo de afastamento à disposição de outro órgão ou entidade, mesmo vinculada à mesma Secretaria, não pode ser contado para nenhum fim funcional, incluindo promoção e progressão.
- (B) A progressão por antiguidade será realizada a cada cinco anos, sem mudança de cargo, atendidas as condições de assiduidade, pontualidade, fiel cumprimento de atribuições, eficiência e disciplina, portanto a solicitação é indevida.
- (C) Será considerado para efeitos de concessão do benefício para fins de recebimento de remuneração ou proventos somente um terço do tempo exercido na função em comissão.
- (D) O servidor colocado à disposição de fundação hospitalar, mesmo vinculada à mesma Secretaria, tem o tempo de afastamento considerado como de efetivo exercício para todos os fins legais, inclusive para promoção por antiguidade.
- (E) A promoção por antiguidade só pode ocorrer quando o funcionário completar 1.095 (mil e noventa e cinco) dias de exercício no cargo em comissão.

**13**

Um servidor público, responsável pelo setor de compras de uma Secretaria Estadual de Saúde, direcionou um processo licitatório para beneficiar uma empresa de equipamentos hospitalares. Durante a investigação, constatou-se que a empresa recebeu valores acima dos praticados no mercado e que o servidor participou ativamente da montagem do edital para favorecer o contratado. Diante dessa situação, nos termos da Lei nº 8.429/1992, a conduta desse servidor caracteriza

- (A) falta funcional, punível com advertência e registro no dossiê.
- (B) infração disciplinar sem prejuízo ao erário, de natureza administrativa.
- (C) ato de improbidade administrativa, sujeito a sanções civis, políticas e administrativas.
- (D) irregularidade, restrita a sanções pelo Tribunal de Contas.
- (E) peculato, sujeito a sanções penais e multa.

**14**

Durante um congresso nacional sobre gestão hospitalar, uma empresa fornecedora de equipamentos hospitalares propôs-se a custear as despesas de transporte e hospedagem de dois servidores da SES/SC, convidados para apresentar experiências exitosas de gestão no evento. O convite foi feito formalmente, com registro público, e a participação dos servidores foi autorizada pela chefia imediata, pois o congresso se relacionava diretamente às atribuições institucionais. Os custos foram declarados à autoridade competente, sem contrapartida de favorecimento à empresa ou assinatura de contratos. De acordo com o Código de Conduta da SES/SC, essa situação pode ser caracterizada como um caso de

- (A) conflito de interesses, por envolver custeio de despesas por agente privado.
- (B) vantagem indevida, pois o custeio de despesas por empresa privada é expressamente proibido, ainda que haja interesse institucional.
- (C) patrocínio irregular, configurando infração ética e administrativa.
- (D) hospitalidade, pois se trata de oferta legítima de serviços ou custeio de despesas por agente privado, vinculada a interesse institucional.
- (E) brinde, oferecido como cortesia, sem configurar benefício pessoal relevante ou gerar obrigações ao destinatário.

**15**

De acordo com a Lei nº 8.142/1990, para que estados, municípios e o Distrito Federal recebam repasses do Fundo Nacional de Saúde, é necessário, além de outros requisitos previstos em lei,

- (A) formar consórcios de saúde para compra de insumos e a contratação de serviços de forma conjunta, resultando em menores custos.
- (B) Organizar, a cada dois anos, a reunião dos Conselhos de Saúde para avaliar a situação de saúde e propor diretrizes da política de saúde.
- (C) investir 60% dos recursos do Fundo no fomento de pesquisas e na incorporação de tecnologias ao SUS, como medicamentos e tratamentos.
- (D) definir percentuais mínimos de investimento da Receita Corrente Líquida (RCL) para os estados (15%) e municípios (12%).
- (E) ter Fundo de Saúde, manter um Conselho de Saúde com composição paritária, ter Plano de Saúde e apresentar relatórios de gestão.

## Conhecimentos Específicos

16

Segundo os princípios, diretrizes e regras da auditoria do SUS, no âmbito do Ministério da Saúde:

“O servidor deve manter distanciamento profissional e atitude alerta e questionador ao avaliar a suficiência e a adequação da evidência obtida ao longo do processo de auditoria.”

O excerto apresentado refere-se ao princípio

- (A) da cortesia.
- (B) do zelo profissional.
- (C) do comportamento ético.
- (D) do ceticismo e julgamento profissional.
- (E) da competência e capacidade profissional.

17

Na execução de suas atividades, o auditor se apoiará em fatos e evidências que permitam o convencimento razoável da realidade ou a veracidade dos fatos, dos documentos ou das situações examinadas, permitindo a emissão de opinião com bases consistentes. Nesse sentido, o auditor, em suas atividades, deve ter

- (A) soberania.
- (B) objetividade.
- (C) imparcialidade.
- (D) independência.
- (E) cautela e zelo profissional.

18

Na auditoria interna governamental, “o documento formal que apresenta antecipadamente os resultados do trabalho à unidade auditada, possibilitando aos gestores responsáveis o conhecimento das conclusões da auditoria e a apresentação de informações ou esclarecimentos adicionais que considerem necessários” é denominado

- (A) matriz de achados.
- (B) relatório preliminar.
- (C) objeto final auditado.
- (D) matriz de monitoramento.
- (E) análise das providências da gestão.

19

O Sistema de Informação Hospitalar (SIH) do SUS é um relevante instrumento de informação para orientar o gestor na tomada de decisões relacionadas ao planejamento das ações de saúde, inclusive para a vigilância em saúde, sendo que a auditoria médica deve sempre ficar atenta a esse sistema. Nesse sentido, é correto afirmar que a auditoria médica deve sempre ficar atenta

- (A) ao SIH, que faz o processamento das AIH, de forma centralizada, pelo Ministério da Saúde, por meio do Departamento de Informática do SUS (DATASUS/SE/MS).
- (B) aos pacientes com insuficiência renal aguda, os quais poderão ter em seu registro, no máximo, 10 sessões de diálise peritoneal ou hemodiálise por AIH.
- (C) ao laudo, que é o documento utilizado para solicitar a autorização de internação do paciente no SUS, sendo a emissão de responsabilidade restrita de médicos, cirurgiões-dentistas e enfermeiros obstetras, de acordo com a área de atuação.
- (D) ao laudo, que deve conter, além da identificação do paciente, informações de anamnese, de exame físico e de condições que justifiquem a internação e o diagnóstico inicial, não devendo informar resultados de exames devido ao sigilo médico.
- (E) ao laudo para solicitação/autorização de mudança de procedimento e de procedimento(s) especial(ais), que deve ser preenchido pelo profissional assistente ou pelo diretor clínico e autorizado pelo diretor técnico do hospital e pelo órgão gestor ou a seu critério.

20

Durante auditoria de um hospital estadual, foi proposta uma atualização interna sobre glosas, podendo a glosa ser parcial ou total. Em qual das seguintes situações a glosa aplicada é total?

- (A) Emissão de AIH para tratamento realizado em regime ambulatorial.
- (B) Cobrança de OPM sem a devida comprovação radiológica pós-operatória.
- (C) Ausência de boletim cirúrgico ou dados insubsistentes de boletins anestésicos e/ou cirúrgicos para comprovar o ato cirúrgico.
- (D) Cobrança de parto ou cesariana com assistência ao recém-nato, sem a presença do pediatra ou do neonatologista na sala de parto.
- (E) Cobrança da primeira consulta do pediatra na AIH, quando a unidade não possuir esse profissional em seu corpo clínico, ou ausência da ficha de atendimento específica (1º exame).

**21**

Durante a auditoria em um hospital estadual de determinado município, o auditor decide criar e aplicar índices e indicadores de produção de serviços, de características epidemiológicas (incidência de doenças, agravos e mortalidade) e dos aspectos demográficos de interesse (educação, saneamento, renda etc). É correto afirmar que o auditor, nesse trabalho de tabulação e tratamento de dados, poderá utilizar a ferramenta denominada

- (A) SIAB.
- (B) SIOPS.
- (C) SIDRA.
- (D) TABWIN.
- (E) SISAUD/SUS.

**22**

Na fase operacional da auditoria, diversos tipos de relatórios emitidos pelo sistema do SUS são utilizados. Caso um auditor precise de um relatório que informe os valores creditados aos prestadores por item de programação, tipo de prestador, além da pesquisa de dados, ele deve ter acesso ao

- (A) TAB/SAI.
- (B) VAL/SAI.
- (C) relatório de créditos bancários.
- (D) relatório da situação cadastral da unidade.
- (E) boletim de produção ambulatorial e relatório da situação de produção.

**23**

Um paciente politraumatizado após acidente de moto dá entrada na UPA e rapidamente é encaminhado ao centro cirúrgico. Nesse caso, segundo o Manual Técnico do Sistema de Informação Hospitalar, deverá ser registrado na AIH o código específico de Politraumatizado – 39.000.00.1 – tanto no campo “procedimento solicitado” quanto no “procedimento realizado” e, no campo “procedimento especial”, devem ser registrados, em ordem decrescente de complexidade e valores, os procedimentos realizados. Nesse sentido, serão admitidos registros de até

- (A) 2 procedimentos realizados.
- (B) 3 procedimentos realizados.
- (C) 4 procedimentos realizados.
- (D) 5 procedimentos realizados
- (E) mais de cinco procedimentos realizados.

**24**

Um auditor do SUS deve utilizar indicadores de avaliação relacionados à integralidade do SUS. Entre os citados a seguir, NÃO é um indicador relacionado à integralidade

- (A) taxa de cobertura vacinal.
- (B) número de consultas pré-natal.
- (C) taxa de exames preventivos da unidade.
- (D) número total de leitos para UTI por habitantes.
- (E) número de pacientes em espera para contrarreferência.

**25**

A Política Nacional de Atenção ao Portador de Doença Renal deve ser instituída a partir de qual dos seguintes componentes fundamentais da Atenção Básica?

- (A) Garantia da equidade na entrada em lista de espera para transplante renal.
- (B) Garantia de acesso e qualidade do processo de diálise, visando alcançar impacto positivo na sobrevida.
- (C) Garantia de confecção de fístula arteriovenosa, acesso a medicações de alto custo e escolha da modalidade dialítica.
- (D) Realização de atenção diagnóstica e terapêutica especializada garantida a partir do processo de referência e contrarreferência do portador de hipertensão arterial, de diabetes mellitus e de doenças renais.
- (E) Realização de ações de caráter individual ou coletivo, voltadas para a promoção da saúde e prevenção dos danos, bem como as ações clínicas para o controle da hipertensão arterial, do diabetes mellitus e das doenças do rim.

**26**

A assistência oncológica compreende um conjunto de procedimentos que envolvem os diferentes níveis de atenção. Quanto à assistência oncológica, assinale a alternativa que apresenta atividade(s) que é(são) considerada(s) de Alta Complexidade.

- (A) Realizar assistência diagnóstica e terapêutica especializada.
- (B) Determinar a extensão da neoplasia e prestar atendimento à intercorrência clínica.
- (C) Realizar assistência diagnóstica e terapêutica especializada, inclusive cuidados paliativos.
- (D) Realizar teste genético que identifica o RNA do HPV.
- (E) Realizar coleta de material para o diagnóstico do câncer de colo de útero.

**27**

**Assinale a alternativa correta a respeito das competências do Tribunal de Contas da União (TCU).**

- (A) O TCU não possui função sancionadora, mas realiza fiscalizações de natureza operacional com objetivo de definir padrões de desempenho e avaliar os resultados da gestão à luz de parâmetros de eficiência, eficácia e economicidade.
- (B) Compete ao TCU apreciar, sem necessidade de parecer prévio, as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, devendo esse parecer ser elaborado em até 30 dias a contar do recebimento das referidas contas.
- (C) Compete ao TCU apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo poder público, as nomeações para cargos de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões.
- (D) O TCU é o órgão de controle interno do governo federal e auxilia o Congresso Nacional na missão de acompanhar a execução orçamentária e financeira do país e contribuir com o aperfeiçoamento da Administração Pública em benefício da sociedade.
- (E) O TCU realiza, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de comissão técnica ou de inquérito, auditorias e inspeções de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nos órgãos e entidades da administração direta e indireta.

**28**

**As órteses são dispositivos externos destinados a corrigir e melhorar a função do corpo e, em geral, estão indicadas para, EXCETO**

- (A) controlar a motricidade.
- (B) imitar movimentos indesejáveis.
- (C) reduzir a força de sustentação de peso.
- (D) substituir total ou parcialmente um membro.
- (E) imobilizar uma articulação ou um segmento do corpo.

**29**

**O Plano Nacional de Saúde (PNS) deve orientar a atuação da esfera federal na coordenação do SUS, estabelecendo prioridades, objetivos, metas e indicadores para o período**

- (A) anual.
- (B) semestral.
- (C) 2 em 2 anos.
- (D) 3 em 3 anos.
- (E) 4 em 4 anos.

**30**

**As orientações técnicas da Auditoria nas Assistências Ambulatorial e Hospitalar no SUS, elaboradas pelo Ministério da Saúde, orientam auditores nas auditorias realizadas em pacientes internados nos hospitais públicos. Existem situações e documentos específicos aos quais o auditor precisa se atentar de acordo com as orientações técnicas emitidas pelo Ministério da Saúde. Nesse sentido, quanto à situação ou ao documento a ser analisado pelo auditor em unidades auditadas, é correto afirmar que**

- (A) em todas as folhas do prontuário deve conter o nome completo do paciente, sendo o resumo de alta opcional.
- (B) o médico-assistente deve ser antecipadamente cientificado quando da necessidade do médico auditor examinar o paciente, sendo-lhe obrigatório estar presente durante o exame.
- (C) é obrigatório afixar as etiquetas de identificação (selo) de materiais implantáveis (OPM) e a cópia da Nota Fiscal da OPM utilizada junto ao prontuário do paciente.
- (D) o Boletim de Produção Ambulatorial Consolidado – BPA-C-Magnético – traz o demonstrativo dos registros dos valores faturados da produção ambulatorial dos estabelecimentos de saúde de forma individualizada.
- (E) os livros de registros são documentos opcionais que demonstram os registros dos procedimentos realizados pelos estabelecimentos de saúde de forma individualizada.

**31**

**Segundo o Manual de Boas Práticas de Gestão das Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME) do Ministério da Saúde, Materiais Permanentes são aqueles bens ou materiais que, em razão de sua utilização, não perdem sua identidade física ou característica, mesmo quando incorporados a outros bens, tendo durabilidade superior a**

- (A) 12 meses.
- (B) 24 meses.
- (C) 36 meses.
- (D) 48 meses.
- (E) 60 meses.

**32**

**A respeito da auditoria em saúde e suas particularidades, é correto afirmar que**

- (A) as glosas técnicas ocorrem por falhas formais no prontuário, ausência de autorização e erro de guia.
- (B) a notificação ao gestor da unidade auditada é feita com o relatório final, que deve conter todos os documentos usados nas constatações de conformidades e não conformidades.
- (C) os principais produtos da fase operativa da auditoria é a confecção das Matrizes de Coleta e de Análise de Informações.
- (D) a Tabela Simpro é uma ferramenta utilizada no Brasil para criar indicadores de saúde e cenários epidemiológicos capazes de preverem desfechos clínicos que possam impactar nas despesas da unidade de saúde.
- (E) o processo administrativo é de compulsória realização quando, dada a gravidade do ilícito imputado, a pessoa física ou jurídica for passível de descadastramento ou rescisão contratual, independentemente de eventuais incursões nos Códigos de Ética e Penal, cujos feitos deverão correr igualmente no conselho respectivo e na esfera policial.

**33**

**O mecanismo de Gestão da Atenção à Saúde é segregado em cinco componentes, dentre eles o de Atenção Básica. É(São) mecanismo(s) de gestão, componentes e/ou práticas na Atenção Básica**

- (A) realizar contrarreferência.
- (B) estabelecer complexo regulador.
- (C) definir territórios, estratificar os riscos e definir as responsabilidades sanitárias.
- (D) implantar controles na gestão da utilização de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME).
- (E) Realizar a regulação do acesso, preferencialmente com a utilização de recursos de tecnologias de informação.

**34**

**A UBS de um município está sendo auditada por denúncia sobre uso indevido de verba na compra de equipamentos para a unidade. Considerando que o direito de defesa é uma garantia constitucional, no âmbito do SNA, o Decreto nº 1.651/95, em seu art.10, estabelece que, em caso de qualquer irregularidade, fica assegurado o amplo direito de manifestação do auditado. Nesse sentido, no caso de notificação, os notificados terão um prazo de**

- (A) 07 dias, com possibilidade de prorrogação por mais 07, para apresentação das justificativas.
- (B) 15 dias, com possibilidade de prorrogação por mais 07, para apresentação das justificativas.
- (C) 15 dias, com possibilidade de prorrogação por mais 15, para apresentação das justificativas.
- (D) 30 dias, com possibilidade de prorrogação por mais 15, para apresentação das justificativas.
- (E) 30 dias, com possibilidade de prorrogação por mais 30, para apresentação das justificativas.

**35**

**A respeito da Central de Regulação (CR), assinale a alternativa correta.**

- (A) É função da CR agendar, através de controle próprio, consultas de especialidades e SADT para as unidades próprias.
- (B) É função da CR orientar o encaminhamento dos pacientes aos diversos Distritos Sanitários para consulta de especialidades, serviços de apoio diagnóstico e terapêutico e internações hospitalares.
- (C) Se a unidade prestadora recusar a internação, a central deve comunicar imediatamente o fato ao diretor técnico da unidade para que ele tenha ciência do fato ocorrido e de punições possíveis.
- (D) A solicitação da internação deve ser feita obrigatoriamente por profissional de nível superior (médico, enfermeira ou assistente social, com preferência para o primeiro), com dados clínicos os mais completos possíveis.
- (E) As unidades requisitantes serão autorizadas a solicitar procedimentos como exames diagnósticos, sendo a CR quem estabelece as quantidades oferecidas para cada tipo de serviço de diagnóstico ou terapêutico e o local em que deve ser realizado.

**36**

**É um órgão do Ministério da Saúde que assessora o Ministério para decidir sobre a incorporação, exclusão ou alteração de medicamentos, procedimentos e equipamentos oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Uma de suas funções é na elaboração e alteração dos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT), que são documentos que orientam o diagnóstico e tratamento de doenças. O órgão em questão é a**

- (A) ANS.
- (B) Fiocruz.
- (C) Funasa.
- (D) ANVISA.
- (E) CONITEC.

**37**

**Sobre a gestão de risco no serviço público, é correto afirmar que**

- (A) em um projeto cuja entrega deve ser feita em 60 dias, o absenteísmo na análise de risco teria impacto muito alto e probabilidade moderada.
- (B) em um evento de alto impacto e alta probabilidade, a resposta ao risco do gestor mais adequada é adotar planos de contingência.
- (C) um evento de impacto muito alto e de probabilidade de ocorrência muito baixa deve preocupar o gestor mais que o oposto.
- (D) a técnica do Brainwriting é usada em ambientes onde a comunicação verbal é segura, pois consiste em temas pré-definidos pelo gestor, no qual cada membro de uma equipe da unidade verbaliza, discute e identifica os riscos que aparecem.
- (E) após a identificação de riscos e estabelecidos os planos de ações, é necessária a comunicação horizontal, ou seja, no sentido da base para a cúpula ou vice-versa, proporcionando que a cúpula da organização seja informada de riscos por todas as unidades organizacionais.

**38**

**Uma UBS foi denunciada sobre irregularidades. Após todos os tramites legais serem preenchidos, a equipe de auditoria designada para a realização da atividade de controle tenta notificar o gestor dessa UBS, que se nega a assinar o termo de recebimento. Segundo o Departamento Nacional de Auditoria do SUS (DENASUS/SGEP/MS), nesse caso e sobre o tema, é correto afirmar que**

- (A) o gestor está em seu direito, já que os auditores em questão não podem fazer a notificação.
- (B) caso esse gestor venha a falecer sem ser notificado, mesmo sendo passível de responsabilização, fica encerrada a auditoria.
- (C) encerrada a atividade de controle, o encaminhamento do relatório final aos interessados será de 90 dias, observados os critérios estabelecidos pela Direção do DENASUS/SGEP/MS.
- (D) a via correio é uma forma de notificação, sendo obrigatório o aviso de recebimento e o direcionamento da notificação ao gestor da unidade, sem conter identificação completa devido ao sigilo exigido.
- (E) se o gestor insistir em não receber nenhuma forma de notificação e persistir em recusar-se a assinar o termo de recebimento, a notificação se dará via edital, na forma do anexo à portaria que assim orienta.

**39**

Atualmente as auditorias vêm usando os testes analíticos aplicados no processo de auditoria. Nesse sentido, o teste que “procura antever um determinado valor a partir de outros valores independentes” é denominado

- (A) Benchmarking.
- (B) Testes Preditivos.
- (C) Basic Ratio Analysis.
- (D) Revisão crítica dos resultados.
- (E) Common Base Indexation Analysis.

**40**

Paciente, 58 anos de idade, hipertenso e em uso irregular de medicação, dá entrada em uma UPA após ser encontrado desmaiado no chão, próximo à cama; havia sido visto consciente, pela última vez, há 4h. Na UPA, embora esteja consciente, não consegue manter-se de pé. O neurologista, ao examiná-lo, encontrou desvio de rima, hemiplegia à direita e dislalia. Diante desse caso, no momento, o neurologista, seguindo os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) de AVCi Agudo/2021,

- (A) deve indicar trombolítico IV se RNI > 1,7.
- (B) deve indicar trombolítico IV caso o paciente tenha realizado cirurgia de grande porte há mais de 60 dias.
- (C) deve indicar trombolítico caso a pressão arterial sistólica do paciente esteja maior que 185 mmHg após tratamento anti-hipertensivo.
- (D) deve indicar trombolítico após o paciente ter usado anticoagulantes orais direto nas últimas 48 horas se a função renal estiver normal.
- (E) não deve indicar trombolítico por não ter todos os critérios de inclusão presentes no momento.

**41**

Um auditor médico visita a regulação de uma prefeitura para verificar a distribuição de vagas de hemodiálise em regime de crônico, a fim de garantir o acesso oportuno e de qualidade aos cidadãos e assegurando ações e serviços que estejam em conformidade com as normas. Para isso, o auditor estuda os 5 seguintes casos de pacientes crônicos que aguardam vagas:

- Paciente A: 25 anos, CI Cr = 15 ml/min, leve náuseas e diurese presente. Exames laboratoriais: U = 200 mg/dl; Cr = 8,0 mg/dl; pH = 7,40; K = 4,0 mEq/L.
- Paciente B: 50 anos, CI Cr = 12 ml/min, edema de membros inferiores moderado e diurese presente. Exames laboratoriais: U = 178 mg/dl; Cr = 6,5 mg/dl; pH = 7,35; K = 4,5 mEq/L.
- Paciente C: 38 anos, internado em UTI com critérios para alta, anúrico, assintomático, em hemodiálise diária. Exames laboratoriais: U = 108 mg/dl; Cr = 4,0 mg/dl; pH = 7,32; K = 4,1 mEq/L.
- Paciente D: 85 anos, CI Cr = 12 ml/min, várias comorbidades, colostomia, sequela de AVC, diurese presente, acamado. Exames laboratoriais: U = 280 mg/dl; Cr = 10,0 mg/dl; pH = 7,20; K = 6,8 mEq/L.
- Paciente E: 48 anos, CI Cr = 8 ml/min, assintomático, diurese presente. Exames laboratoriais: U = 215 mg/dl; Cr = 7,0 mg/dl; pH = 7,30; K = 4,8 mEq/L.

Seguindo a equidade garantida pela Lei nº 8080/1990 e os princípios éticos e bioéticos, considerando o contexto de cada paciente, a primeira vaga que surgir no sistema para regime de crônico deve ser direcionada ao paciente

- (A) A.
- (B) B.
- (C) C.
- (D) D.
- (E) E.

42

Um hospital municipal credenciado ao SUS recebe a visita de um auditor para serviços de rotinas. Nessa auditoria, foi detectado que, em dezembro de 2025, foram realizadas 10 histerectomias, segundo o SIGTAP. Ao observar a parte financeira mensal, o auditor detecta que 3 desses procedimentos apresentam inconsistências:

- Procedimento 1: fatura com valores acima da tabela SUS;
- Procedimento 2: registros de insumos não compatíveis com o procedimento;
- Procedimento 3: ausência do Boletim Cirúrgico.

Nesse caso, considerando que não foi detectada prática de atos antieconômicos ou indevidos, caso não seja constatada má-fé, qual alternativa apresenta a conduta adequada do auditor (procedimentos passíveis de glosa) e a aplicação do princípio da regionalização e hierarquização da rede de serviços de saúde, de acordo com a Lei nº 8080/1990?

- (A) Nenhum dos procedimentos é passível de glosa, não havendo, portanto, necessidade de comunicação a qualquer órgão.
- (B) Os 3 procedimentos com inconsistência são passíveis de glosa, sendo necessário comunicar ao Ministério da Saúde as irregularidades.
- (C) Os 3 procedimentos com inconsistência são passíveis de glosa, sendo necessário comunicar ao gestor estadual as irregularidades.
- (D) Os 3 procedimentos com inconsistência são passíveis de glosa, sendo necessário comunicar ao gestor municipal as irregularidades.
- (E) Os procedimentos 1 e 2 são passíveis de glosa, enquanto o procedimento 3 não, sendo suficiente apresentar o boletim cirúrgico e comunicar ao Ministério da Saúde as irregularidades.

43

Segundo a Lei nº 8080/1990, a articulação das políticas e programas, a cargo das comissões intersetoriais, abrangerá, em especial, as seguintes atividades, EXCETO

- (A) Ciência e Tecnologia.
- (B) Saúde Bucal e Nutrição.
- (C) Saneamento e Meio Ambiente.
- (D) Alimentação e Saúde do Trabalhador.
- (E) Vigilância Sanitária e Recursos Humanos.

44

Um auditor, em visita a uma UBS de uma prefeitura, decidiu verificar os pacientes que estavam recebendo atendimento em internação domiciliar. Conforme o tipo de atendimento que um dos pacientes estava recebendo, foi encontrada uma irregularidade em relação à aplicação da Lei nº 8080/1990. Entre as seguintes alternativas, assinale aquela que apresenta um exemplo de irregularidade em internação domiciliar.

- (A) Fornecimento domiciliar de internação.
- (B) Fornecimento domiciliar de terapêutica.
- (C) Fornecimento domiciliar de reabilitação.
- (D) Fornecimento domiciliar de procedimentos médicos.
- (E) Autorização do atendimento e internação pela assistente social.

45

Paciente vai ao hospital municipal de uma prefeitura realizar uma colonoscopia acompanhada de sua filha de 16 anos e seu esposo de 35 anos e, antes de ser sedada, ela não faz exigência alguma a respeito de acompanhante. Segundo a Lei nº 8080/1990, do subsistema do acompanhamento à mulher nos serviços de saúde, é correto afirmar que

- (A) a paciente, por não se tratar de cirurgia, não tem direito a acompanhante durante o procedimento.
- (B) em paciente sedada que não indique acompanhante, a unidade de saúde responsável pelo atendimento é quem indicará uma pessoa para acompanhá-la, preferencialmente profissional de saúde do sexo feminino.
- (C) em pacientes sedadas, a família é quem indica um responsável médico ou não para acompanhamento, preferencialmente mulher, nesse caso a filha da paciente.
- (D) a lei garante o direito da paciente e a autonomia da unidade de saúde, reservando à unidade a não necessidade de aviso sobre o direito a acompanhante, desde que em todo atendimento proceda da mesma forma.
- (E) no caso de atendimento realizado em centro cirúrgico ou UTI, será admitido acompanhante que seja profissional de saúde ou não, independentemente da situação.

**46**

João mora próximo a uma UBS que foi reformada e que recebeu equipamentos novos a partir de verba oriunda do SUS. Por curiosidade, ele acessou o portal da transparência e detectou a lista detalhada dos contratos, sendo que a maioria deles exigia licitação, a qual não foi realizada. Como é garantido em lei que qualquer cidadão possa efetuar o controle e a fiscalização do setor público, essa atuação, seguindo o princípio da regionalização e hierarquização, deve ser por meio de representação junto ao(à)

- (A) Polícia Federal.
- (B) Ministério da Saúde.
- (C) Procuradoria Geral do Estado.
- (D) Secretaria Estadual de Saúde.
- (E) Tribunal de Contas do Município.

**47**

Cada uma das esferas do poder público possui órgãos de controle interno e externo, que visam, acima de tudo, regular suas atividades. A respeito da estrutura de controle da administração pública, assinale a alternativa completamente correta.

- (A) Os Ministérios Públicos e a Polícia Federal são parte do controle externo.
- (B) As organizações que realizam o controle externo também fiscalizam, por isso necessitam contar com o auxílio técnico do Tribunal de Contas.
- (C) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle interno, e pelo sistema de controle externo de cada Poder.
- (D) Uma das finalidades do controle externo é elaborar, avaliar e fiscalizar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- (E) Compete ao controle interno fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.

**48**

Segundo a Lei nº 8.666/1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto é denominada

- (A) Leilão.
- (B) Convite.
- (C) Concurso.
- (D) Concorrência.
- (E) Tomada de Preço.

**49**

Um hospital estadual de Santa Catarina lançou um edital, em 2025, de acordo com a legislação vigente, para aquisição, através de licitação, de uma geladeira específica para armazenar vacinas, e a Empresa Vênus Equipamentos Hospitalares foi a vencedora. O Auditor, ao verificar o contrato e pesquisar sobre a empresa, encontrou um critério que a impediria de disputar a licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente. Qual situação a seguir permite participar de licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente?

- (A) No caso de autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.
- (B) Aquele que mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação.
- (C) Pessoa física ou jurídica que, nos 10 (dez) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil.
- (D) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.
- (E) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**50**

O prefeito de uma cidade recebeu a indicação para que um excelente médico e gestor, profissional que exerce sua função em uma UBS, desempenhasse o cargo de secretário da saúde. A indicação partiu de diversos grupos de saúde da cidade, porém esse prefeito acabou convidando seu primo advogado para assumir a vaga. O prefeito, com essa atitude, está contrariando os princípios da

- (A) Eficiência e Legalidade.
- (B) Moralidade e Legalidade.
- (C) Publicidade e Moralidade.
- (D) Moralidade e Impessoalidade.
- (E) Impessoalidade e Legalidade.

**51**

Determinado hospital privado também atende SUS há 20 anos. Nesse cenário, um médico auditor do estado, muito conhecido dos donos desse hospital, detectou erros em lançamentos de procedimentos e internações, e não havia documentação correta que comprovasse que os atos foram realizados. Essas inconsistências fariam o hospital ressarcir o SUS em milhões de reais além de trazer o risco de descrédito. Diante dessa situação, o auditor foi abordado para que aprovasse as contas mesmo com essas irregularidades e, em troca, receberia um bom dinheiro. O auditor, então, aceita receber o montante, omite dados nos relatórios finais da auditoria e, com suas atitudes, causa prejuízo ao erário. Quanto ao caso descrito, é correto afirmar que o que está em destaque implica, respectivamente, responsabilidades

- (A) administrativa, penal e civil.
- (B) civil, penal e administrativa.
- (C) penal, civil e administrativa.
- (D) civil, administrativa e penal.
- (E) penal, administrativa e civil.

52

Na UBS de uma prefeitura, um auditor, durante sua atuação, saiu em busca de evidências para fundamentar seu relatório. Ele fez observação de pessoas em locais específicos e de eventos que ocorriam durante o funcionamento normal da unidade, registrando através de fotografias e filmagens (1); também teve acesso, nesses locais, a memorandos, contratos, extratos e relatórios (2); entrevistou funcionários desses setores (3) e fez interpretações de dados desses setores a partir de informações já existentes (4). O que o auditor fez foi a busca de evidências para fazer seu relatório de auditoria da forma mais justa, legal e correta. Nesse sentido, as evidências coletadas pelo auditor – 1, 2, 3 e 4 – correspondem, respectivamente, a evidências

- (A) física, documental, testemunhal e analítica.
- (B) documental, física, testemunhal e analítica.
- (C) física, analítica, testemunhal e documental.
- (D) testemunhal, física, documental e analítica.
- (E) documental, analítica, física e testemunhal.

53

Ao fazer a auditoria em um centro de imagem estadual, o auditor pode cruzar dados para verificar se os procedimentos cadastrados e cobrados estão de acordo com a estrutura declarada, com as normas legais e com a habilitação adequada para faturar por esse estabelecimento. Nesse caso, esse auditor deve usar dados extraídos, respectivamente, do

- (A) SIH/SUS e CNES.
- (B) SAI/SUS e CNES.
- (C) SIH/SUS e SAI/SUS.
- (D) SAI/SUS e SIH/SUS.
- (E) CNES/SUS e CNES/SUS.

54

As ações de que trata a Política Nacional de Regulação do SUS estão organizadas em três dimensões de atuação, necessariamente integradas entre si. A dimensão Regulação da Atenção à Saúde contempla qual(is) das seguintes ações?

- (A) Planejamento, Financiamento e Fiscalização de Sistemas de Saúde.
- (B) Regulação médica da atenção pré-hospitalar e hospitalar às urgências.
- (C) Cadastramento de usuários do SUS no sistema do Cartão Nacional de Saúde – CNS.
- (D) Controle dos leitos disponíveis e das agendas de consultas e procedimentos especializados.
- (E) Estabelecimento de referências entre unidades de diferentes níveis de complexidade, de abrangência local, intermunicipal e interestadual, segundo fluxos e protocolos pactuados.

55

A Resolução do CFM nº 1.614/2001 foi revogada e substituída pela Resolução CFM nº 2.448/2025, a qual regulamenta o ato médico de auditoria e dá outras providências. Segundo a Resolução CFM nº 2.448/2025, assinale a alternativa correta.

- (A) Na função de auditor, o médico deverá obrigatoriamente identificar-se de forma clara em todos os seus atos, fazendo constar nome completo, o número de seu CRM, ficando facultado a ele disponibilizar meio de contato.
- (B) É direito do médico, na função de auditor, acessar toda documentação necessária, sendo permitida, inclusive, a retirada de prontuários ou cópias da instituição para os esclarecimentos necessários ao exercício de suas atividades.
- (C) É dever do médico, na função de auditor, comunicar, por escrito, ao diretor técnico administrativo da instituição em que trabalha, indícios de infração ética, a qual, por sua vez, adotará as providências cabíveis junto à diretoria da instituição.
- (D) É direito do médico, em função de auditor, fazer qualquer apreciação em presença do examinador, desde que suas observações sejam repassadas para o relatório.
- (E) Em caso de divergência insuperável de diagnóstico e/ou indicação de procedimento, terapêutica ou procedimento realizado, é obrigatório ao médico auditor realizar exame presencial do paciente, com o seu consentimento prévio ou de seu representante legal, sendo vedada a auditoria médica remota.

**56**

Preencha a lacuna e assinale a alternativa correta.

Segundo a Lei nº 14.133/2021, Art. 75.,

“É dispensável a licitação:

VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de \_\_\_\_\_, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso.”

- (A) 1 mês
- (B) 2 meses
- (C) 3 meses
- (D) 6 meses
- (E) 12 meses

**57**

A auditoria do SUS é um dos instrumentos de governança que tem a finalidade de contribuir com a melhoria do acesso oportuno e de qualidade às ações e aos serviços de saúde oferecidos aos cidadãos. A respeito da auditoria pública, é correto afirmar que

- (A) para o DenaSUS, a auditoria interna do SUS é uma atividade sistematizada, dependente e objetiva de avaliação e apoio à gestão, executada pelos componentes integrantes do SNA.
- (B) o controle interno possui como objetivo avaliar as políticas públicas de saúde e a aplicação dos recursos executados, para qualificar os processos organizacionais e subsidiar a tomada de decisão nas instâncias de governança do SUS.
- (C) a auditoria interna do SUS é equiparada ao controle interno da secretaria de saúde, estando o gestor estadual, municipal ou distrital isento de constituir o controle interno se tiver a presença da auditoria interna do SUS.
- (D) o DenaSUS é o órgão central do SNA, bem como é o responsável pela auditoria interna do SUS no plano federal, mediante avaliação independente e objetiva das políticas públicas de saúde e da aplicação dos recursos federais executados no âmbito do SUS.
- (E) os componentes de auditoria interna do Sistema Nacional de Auditoria-SNA, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quando implantados, devem estar vinculados à estrutura organizacional das respectivos Conselhos de Saúde.

**58**

Durante a auditoria interna em uma unidade de saúde, o gestor da unidade aborda o médico auditor propondo práticas antiéticas. O profissional, eticamente, não toma parte de qualquer atividade ilegal ou envolvimento em atos impróprios em sua função e não utiliza de informações para qualquer vantagem pessoal ou de qualquer outra maneira contrária à lei ou em detrimento dos objetivos legítimos e éticos da organização. Com essas duas condutas, o médico auditor está respeitando os princípios éticos do auditor, respectivamente, quanto à

- (A) integridade e objetividade.
- (B) objetividade e competência.
- (C) objetividade e integralidade.
- (D) integridade e confidencialidade.
- (E) objetividade e confidencialidade.

**59**

**Um paciente é atendido, em uma UBS, com sinais e sintomas sugestivos de AVCi. O diretor dessa unidade aciona o SAMU-USA que irá transferi-lo para uma UTI de um hospital estadual. Considerando esse caso, acerca dos protocolos sugeridos pela Portaria nº 529/2013, assinale a alternativa correta.**

- (A) Ao sair da UBS, a responsabilidade do paciente passa a ser do médico da equipe receptora, no caso a UTI.
- (B) A presença de secreções corporais no paciente é um critério de uso de luvas antes de tocá-lo, sendo necessário higienizar as mãos antes de calçar e após retirar as luvas.
- (C) É necessário identificar o paciente com pulseira branca (basta o nome completo), afixada no braço direito, sendo contraindicado o tórax, conferindo a identidade antes de qualquer procedimento.
- (D) Se o paciente cair dentro da USA, o médico deve avaliar imediatamente o enfermo, se houver ausência de lesão, é dispensado o preenchimento de formulário específico para prevenção de quedas.
- (E) Na ambulância, os medicamentos de alta vigilância devem ser diferenciados por classe terapêutica, sendo identificados visualmente com etiquetas de cor (ex.: vermelha) e serem armazenados em local aberto para rápido acesso.

**60**

**Segundo a Portaria nº 529/2013, o Comitê de Implementação do Programa Nacional de Segurança do Paciente (CIPNSP), instância colegiada, de caráter consultivo, é quem recebe do auditor de saúde dados para análises do que está sendo proposto e executado. Assim, de acordo com a referida Portaria, são competências do CIPNSP, EXCETO**

- (A) avaliar periodicamente o desempenho do PNSP.
- (B) incentivar e difundir inovações técnicas e operacionais que visem à segurança do paciente.
- (C) propor e validar protocolos, guias e manuais voltados à segurança do paciente em diferentes áreas, tal como higiene das mãos.
- (D) propor e validar protocolos, guias e manuais voltados à segurança do paciente em diferentes áreas, tal como identificação do paciente.
- (E) garantir o uso seguro de equipamentos e materiais analisando semestralmente os dados do sistema de monitoramento de incidentes no cuidado de saúde e propor ações de melhoria.

